

de desenvolvimento Uma estratégia para Portugal?

O principal objectivo do autor é apresentar uma estratégia apropriada à transformação económica de países dependentes de pequena dimensão

THOMAS, CLIVE Y.
"Dependence and transformation:
The economics of the transition
to socialism"
Monthly Review Press
New York and London, 1974

Fundação Cuidar o Futuro

THOMAS, CLIVE Y.
**"Dependence and transformation:
The economics of the transition
to socialism"**
Monthly Review Press
New York and London, 1974

Edgar Rocha *

Há duas razões para que se apresente aqui a recensão crítica de um livro que não está editado em Portugal e que não se debruce especificamente sobre o nosso país. A primeira está ligada com uma das notas de apresentação impressas na contra-capa. Ai se transcreve a seguinte frase do conhecido economista marxista norte-americano Paul Sweezy: «Quando estive em Portugal discutindo problemas económicos com os novos líderes daquele país, disse-lhes que este é o livro que deveriam ler.» Esta é uma sugestão de que os tópicos abordados são relevantes para Portugal. A segunda razão deriva do facto de uma editora nacional ter considerado a publicação do livro em português; infelizmente a ideia foi abandonada, aparentemente por considerações de ordem comercial.

O principal objectivo do autor é apresentar uma estratégia de desenvolvimento apropriada à transformação económica de países dependentes de pequena dimensão. Para isso baseia-se muito nas críticas que têm sido feitas pelos economistas conhecidos por «teóricos da dependência» ao modelo de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo no período do pós-guerra. Esta corrente de pensamento faz notar que, apesar de se terem verificado em vários países subdesenvolvidos taxas de crescimento do produto nacional relativamente elevadas, muitos dos problemas económico-sociais desses países mantiveram-se, ou até agravaram-se. A industrialização não diminuiu as necessidades de importar produtos dos países desenvolvidos (agora máquinas e matérias-primas para a indústria, em vez de bens de consumo como no passado); a tendência para registar défices da balança de pagamentos não diminuiu e a dependência tecnológica em relação ao estrangeiro acentuou-se. O número de postos de trabalho criados no sector moderno da economia não absorveu o subemprego rural ou o desemprego nos centros urbanos. Os desequilíbrios de distribuição do rendimento mantiveram-se, assim como as situações de pobreza e injustiça social. As esperanças de que o crescimento económico trouxesse generalização do bem-estar às várias camadas da população fazendo diminuir as tensões sociais e levando à substituição de regimes ditatoriais por democracias foram também gravemente frustradas.

Inserindo-se nesta linha de análise, o livro de Thomas passa da crítica da dependência ao delinear de uma estratégia global de desenvolvimento autocentrado, sendo esta, em minha opinião, a contribuição mais original e mais importante desta obra.

**A via de desenvolvimento
para os países «pequenos»**

Thomas começa por notar que, à excepção de casos como a China, o Brasil ou a União Indiana, a maior parte dos países subdesenvolvidos são «pequenos», não tanto pela dimensão geográfica, mas principalmente devido à pouca diversidade dos recursos naturais e reduzido poder de compra do conjunto da população. É difícil dar uma definição precisa, mensurável, de país pequeno. O autor opta por atribuir tal classificação a economias em que a despesa doméstica em máquinas e outros bens de capital não é suficiente para justificar a implantação de certas indústrias que foram a base da transformação do aparelho produtivo de certos países socialistas como a União Soviética. Refere-se, assim, basicamente a indústria pesada, cuja tecnologia é apropriada à produção em larga escala. Para muitos países subdesenvolvidos, portanto, a industrialização parece não ser possível. Os economistas ocidentais, principalmente os da corrente neoclássica, sustentam que a pequena dimensão impede a existência de um conjunto integrado de indústrias modernas e competitivas baseadas no mercado nacional. A via do desenvolvimento seria então a especialização para exportação no quadro da divisão internacional de tipo clássico. Mas os teóricos dos países socialistas parecem não descortinar solução muito diferente. A polémica gerada à volta da estratégia de desenvolvimento para Cuba mostra que também a esquerda vê na pequena dimensão um obstáculo sério à industrialização.

Thomas opõe-se frontalmente a este tipo de posições e dedica a maior parte do seu livro a expor os vários elementos de uma estratégia de desenvolvimento autocentrada, e em que a industrialização tem papel de relevo. Aponta dois princípios gerais básicos (as suas «leis de ferro» da transformação). Primeiro, orientar a utilização do aparelho produtivo nacional para a satisfação da procura doméstica a fim de evitar a especialização para exportação e a desarticulação e dependentização da economia. Segundo, fazer com que a procura doméstica exprima as necessidades básicas da maioria da população e não apenas o poder de compra de uma minoria favorecida pela desigual distribuição da riqueza. A esta dupla orientação chama o autor a «estratégia da convergência», porque faz convergir produção e procura nacionais por um lado, e procura as necessidades da população por outro. Mas Thomas pensa que uma tal estratégia só será viável em países em que uma revolução tenha transferido o poder de estado para uma aliança operária-componesa, a qual se oriente para uma ruptura com o capitalismo nacional e internacional.

A concretização desta estratégia ao nível do sector agrícola é evidente. A agricultura de exportação deveria ser (gradualmente) substituída por uma cultura mais diversificada de produtos alimentares de consumo nacional generalizado e de matérias-primas vegetais necessárias à laboração de indústrias voltadas para o mercado interno.

* Assistente do ISCTE, doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge.

A necessidade de um alto grau de auto-suficiência em produtos agrícolas, principalmente os alimentares, é frisada pelo autor. A dinâmica de mais longo prazo derivaria do crescimento rápido da procura de produtos ligados a mais elevados padrões de consumo: alimentos do tipo carne, laticínios, vegetais e frutos, e produtos industriais utilizando matérias-primas agrícolas nacionais (por exemplo, vestuário).

A estratégia para o sector industrial é um pouco mais complexa. Na industrialização da União Soviética teve papel de relevo a prioridade ao investimento na indústria pesada, principalmente nos sectores produtores de bens de produção. Esta via é excluída pela própria definição que o autor dá de «país pequeno». Uma outra via, a industrialização por substituição de importações, começando (e talvez ficando) pelos sectores geralmente designados de indústria ligeira, é recusada por levar à industrialização dependente. Como ponto de partida para a sua alternativa o autor afirma que o exame de uma matriz de relações inter-industriais permite detectar a existência de um núcleo central, relativamente pouco numeroso, de indústrias que produzem a maior parte dos produtos utilizados pelos restantes ramos industriais. A essas indústrias Thomas chama «indústrias básicas». As duas mais importantes são a siderurgia e os têxteis, mas a lista alonga-se por outros ramos, tais como: papel, plásticos, borracha, vidro, couro, cimento, madeira, combustíveis, alumínio e indústrias químicas de base (note-se que em praticamente todos os casos se trata de indústrias produtoras de bens intermédios, isto é, que não são nem máquinas nem bens de consumo final). Estas «indústrias básicas» têm como principais características o alto grau de ligação com outras indústrias, e o aumento rápido da procura dos seus produtos em face de crescimento económico. Mas será que para estas indústrias não se levantam os mesmos problemas de escala de produção que se punham à adopção de uma estratégia de tipo soviético, baseada na indústria pesada?

O autor defende que não, e para isso baseia-se no pressuposto (muito pessoal, diga-se de passagem) de que nos referidos ramos de produção existe uma «dimensão mínima viável», a qual seria bastante menor do que a «dimensão óptima» (o que implica uma curva de custo médio em forma de U) e que estaria ao alcance dos países pequenos. Seria então possível instalar indústrias de dimensões bastante inferiores às que dominam em países desenvolvidos sem que os custos por unidade de produto fossem muito mais elevados. Mas como, pelo menos numa primeira fase, não parece possível criar todo aquele leque de indústrias seria necessário seleccionar apenas aquelas que mais importantes sejam para a produção dos bens de maior consumo doméstico. E além disso seria necessário desenvolver algumas outras actividades devido à sua complementaridade com as atrás apontadas: o autor refere os ramos de máquinas-ferramentas, energia e transportes, entre outros.

No que diz respeito ao comércio externo a estratégia exclui a especialização para exportação (tolerável apenas numa primeira fase como forma de financiar as importações inerentes ao projecto de desenvolvimento) mas não implica a completa autarquia. A exportação de produtos industriais (e já não de produtos primários com reduzida incorporação nacional de valor) é útil desde que apareça como extensão de actividades ligadas à procura e necessidades domésticas (talvez produtos alimentares transformados, têxteis e vestuário). A convergência da procura e das necessidades básicas das massas implicam a máxima participação da população na escolha dos padrões de consumo. O facto de substanciais melhorias das condições de vida poderem ser conseguidas através de bens e serviços fornecidos pelo Estado (educação, saúde, transportes, etc.) facilita este aspecto da estratégia.

A «dimensão mínima viável»

Passemos agora à apreciação de problemas que se levantam a alguns aspectos da estratégia atrás resumida. As principais objecções dizem respeito às propostas referentes ao sector industrial. Em primeiro lugar a ideia de que a adopção de uma hipotética «dimensão mínima viável» permitiria ultrapassar o obstáculo das economias de escala na indústria assenta em bases frágeis. O autor cita em seu apoio estudos de algumas indústrias indianas em que vingou a pequena dimensão, mas tem contra si a grande maioria dos trabalhos de investigação sobre o assunto, os quais parecem confirmar o «saber convencional» sobre economias de escala. Isto não quer dizer que as ideias de Thomas estejam necessariamente erradas ou sejam completamente inúteis. Antes pelo contrário, é bem possível que muitos aspectos estejam correctos dado serem o resultado do exame pelo autor, durante a sua vida profissional, de vários casos práticos de investimentos em países do Terceiro Mundo; no entanto será ainda necessário muito trabalho de investigação empírica para se determinar com mais segurança a que ramos industriais e tecnologias se pode aplicar a referida estratégia. Mas, por outro lado, é saudável reagir contra a atracção, muitas vezes injustificada, que os projectos de grande dimensão parecem exercer sobre os grupos dirigentes dos países subdesenvolvidos; deste ponto de vista a distinção entre «dimensão mínima viável» e «dimensão óptima» pode tornar-se num instrumento teórico útil e clarificador.

Em segundo lugar, para que a instalação das tais indústrias básicas se faça em condições de independência tecnológica é necessária uma indústria de produção de bens de capital (máquinas e instrumentos). Ora é exactamente esse o tipo de indústria que é praticamente inexistente nos países subdesenvolvidos, e que além disso não é o sector prioritário na primeira fase da estratégia de Thomas. Dever-se-á depender daí e afinal sempre é possível industrialização não dependente com máquinas importadas?

Em terceiro lugar o autor apela várias vezes ao longo do livro para o desenvolvimento de uma «vibrante tecnologia indígena» (aqui no sentido de doméstica, nacional), mas não explicita em que ponto do sistema industrial proposto se geraria essa tal tecnologia. Em outros países mais desenvolvidos a inovação tecnológica aplicada à produção material (introdução de novos produtos e novas técnicas, ou até adaptação às condições locais de produtos e técnicas já conhecidos) sempre esteve ligada à existência de um pujante sector de produção de bens de capital (o tal que é insuficiente em países subdesenvolvidos), o que é compreensível visto as novas técnicas se consubstanciarem em máquinas diferentes das já existentes. Será que as indústrias básicas podem substituir as indústrias de bens de capital como base do processo de desenvolvimento tecnológico?

A resposta pela afirmativa não me parece óbvia. Uma outra possibilidade seria a criação de gabinetes de concepção de fábricas e processos tecnológicos autónomos das empresas de produção de máquinas, a exemplo do que se tem passado em países desenvolvidos onde há actualmente firmas de *engineering* separadas das grandes empresas industriais. Mas não será esta separação mais um artifício jurídico do que uma realidade tecnológica? Será possível a constituição de firmas de *engineering* activas e independentes quando no país o ramo de produção de máquinas é muito restrito? Este aspecto, o desenvolvimento tecnológico independente e autocentrado, é um elemento crucial na transformação das bases materiais de qualquer sociedade subdesenvolvida, e não parece convincentemente resolvido no projecto do autor.

Uma lacuna grave no livro é a ausência de indicações quanto à política cambial que deveria acompanhar a estratégia da convergência. Visto que o autocentramento não implica autarquia, tem que haver uma política quanto à paridade externa a atribuir à moeda nacional. Nos países em que o equilíbrio da balança de pagamentos é obtido através de um sistema rígido de protecção e controle cambial, a moeda nacional está normalmente sobrevalorizada em relação ao que se passaria numa situação de livre convertibilidade da moeda. A vasta e polémica literatura sobre os problemas da desvalorização para correção de défices nos pagamentos externos mostra até que ponto não existe consenso a este respeito. É, por isso, de lamentar que Clive Thomas não diga uma palavra sobre o assunto.

0 contexto político.

Finalmente, o pressuposto quanto às condições políticas (aliança operária-camponesa no poder, rompendo com o capitalismo e construindo o socialismo) merece também algumas observações. É muito louvável que seja indicado o contexto político no qual se pensa ser uma determinada estratégia económica aplicável. Mas o autor parece utilizar os referidos pressupostos um pouco à maneira do que os economistas fazem com as suas hipóteses «fortes» (concorrência perfeita, transparência do mercado, racionalidade dos agentes económicos, funções de produção «bem comportadas», etc.); na sua presença os casos bichudos da realidade são, no modelo abstracto, resolvidos da melhor forma. É assim que a aliança operária-camponesa não só permite a nacionalização e a reforma agrária mas garante também a utilização de incentivos não materiais (ou pelo menos a orientação política do sistema de incentivos materiais), a contenção do consumo privado, a aceitação pelos camponeses da deterioração dos preços relativos dos produtos agrícolas de forma a transferir parte do excedente agrícola para o sector industrial. No entanto, nos países mais subdesenvolvidos, a classe operária é (como a indústria) muito incipiente e a classe camponesa é certamente de um tipo bastante especial, dada a importância que em muitos casos assumem os laços tribais ou de clã. Por outro lado, no domínio do modelo abstracto é admissível que muitos aspectos da estratégia da convergência pudessem ser adoptados por uma hipotética burguesia nacional esclarecida.

Mas, apesar das limitações indicadas, será a estratégia atrás resumida aplicável a Portugal? Dada a reduzida dimensão do mercado nacional e os limites que tal impõe à instalação de certas indústrias, o nosso país pode bem considerar-se como «pequeno» no sentido acima atribuído ao termo. Além disso muitas das indústrias básicas citadas pelo autor existem já há vários anos. Mas a natureza do poder político (agora bem diversa da que Sweezy observara no Verão de 1975) não se aproxima do pressuposto indicado por Clive Thomas, pelo que a sua estratégia global não parece politicamente realista actualmente em Portugal. No entanto há aspectos parcelares das suas propostas que podem ser úteis na medida em que apontem o sentido geral das transformações necessárias ao aumento da coesão do aparelho produtivo e do reforço da capacidade de negociação do país no contexto das relações económicas internacionais. Note-se que é geralmente reconhecida a necessidade de aumentar a capacidade do sector agrícola para satisfazer o consumo alimentar nacional. Note-se também a tendência para a implantação de mais indústrias de tipo intermédio (petroquímica, fibras textéis artificiais, e em certa medida, metalurgia), que levarão ao adensamento da malha industrial. Os sucessos e insucessos dessas transformações

quando confrontados com o projecto de Thomas poderão contribuir para esclarecer melhor as limitações e grau de viabilidade do seu modelo em condições políticas diferentes daquelas para que idealmente foi criado, assim como para dar conteúdo mais concreto às eventuais restrições tecnológicas da sua via de industrialização.

Os avanços no conhecimento das condições económicas que acompanham o progresso social raramente se dão através de obras científicas exaustivas, completas e empiricamente bem fundamentadas. Antes pelo contrário, são frequentemente significativas as contribuições que contêm ideias e orientações novas mas que por isso mesmo não assentam ainda em bases sólidas e comprovadas. Por isso, e também pela ajuda que possa dar para o delinear de uma estratégia de desenvolvimento para Portugal, se recomenda a leitura deste livro, o qual, infelizmente, não tem recebido a atenção que merece.

★

Na próxima Revista de Livros, D. Wheeler analisará o livro de Fernando Medeiros, «A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo».